

ATIVIDADES FORMATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Glaucia da Silva Lobo Menezes – Polo UAB Casablanca
glaucia.lobo@sme.prefeitura.sp.gov.br

Fabiana Buzo – Polo UAB Jardim Paulistano
fabiana.buzo@sme.prefeitura.sp.gov.br

Patrícia da Silva Santos – Polo UAB Pêra Marmelo
patricia_s@sme.prefeitura.sp.gov.br

Paula Raquel Gonçalves de Sousa – Polo UAB São Rafael
paula.raquel@sme.prefeitura.sp.gov.br

Resumo

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar as ações e os resultados do projeto Atividades Formativas para Educação em Direitos Humanos, desenvolvido pelos polos UAB São Rafael, Pêra Marmelo, Casablanca e Jardim Paulistano, reconhecidos como Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) da cidade de São Paulo. O projeto constitui uma proposta de formação continuada voltada à promoção da cultura dos direitos humanos e da cidadania, articulando-se com os princípios do Currículo da Cidade e do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos (PMEDH). As ações foram desenvolvidas de modo colaborativo entre os polos, envolvendo webinários, palestras e ciclos de debates sobre temáticas como diversidade sexual e de gênero, letramento racial, povos originários, imigração e territorialidade. A metodologia adotada privilegiou o formato virtual, a participação democrática e o diálogo reflexivo entre educadores, estudantes universitários e comunidade. Os resultados apontam para o fortalecimento das práticas educativas em direitos humanos na Rede Municipal de Ensino, a ampliação dos espaços de debate e a consolidação dos polos UniCEU como instâncias formadoras e difusoras dessa temática. Conclui-se que o projeto tem caráter contínuo e potencial formador para a construção de uma cultura de paz, equidade e respeito à diversidade.

Palavras-chave: educação em direitos humanos; formação continuada; diversidade; equidade; cidadania.

Introdução

A Educação em Direitos Humanos (EDH) constitui um dos pilares para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, conforme apontam as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012).

No contexto da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, os Centros Educacionais Unificados (CEUs) que abrigam polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) assumem papel fundamental na formação de educadores e na articulação de práticas formativas territoriais.

Com esse intuito os polos de Formação têm em seu escopo a premissa de atender as IES parceiras de forma responsável e comprometida e para além disso propor ações que possam fortalecer e empoderar o entorno do território para a superação das vulnerabilidades sociais presentes.

Dessa forma, o projeto Atividades Formativas para Educação em Direitos Humanos surgiu em 2023 como uma iniciativa dos polos UAB que integram os Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs), localizados nos CEUs Casa Blanca, Jardim Paulistano, Pêra Marmelo e São Rafael.

A proposta visou à consolidação de ações de formação continuada que promovessem a reflexão sobre as temáticas da diversidade, da equidade e da justiça social, em consonância com os princípios do Plano Municipal de Educação (PME) e do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), tendo como principal objetivo o desenvolvimento de ações formativas que contribuíssem para a disseminação dos valores de respeito, solidariedade e valorização da vida.

Metodologia

A metodologia adotada baseou-se na perspectiva da educação dialógica e participativa, inspirada em Paulo Freire (1996), compreendendo o diálogo como prática libertadora e instrumento de transformação social. As ações foram organizadas de modo colaborativo entre as quatro coordenações de polo, em

reuniões de planejamento conjunto que definiram temáticas, palestrantes e estratégias de mediação.

O projeto desenvolveu-se em três etapas principais entre 2023 e 2024: dois webinários (realizados em 2023 e 2024) e um ciclo de palestras (2024), totalizando sete encontros formativos virtuais. Cada atividade teve duração média de 90 a 120 minutos, estruturada em momentos expositivos e de interação com o público por meio de chat e formulários.

As temáticas trabalhadas incluíram: Povos originários e o mito do bom selvagem; Diversidade sexual e de gênero; Letramento racial à luz da legislação; Territorialidade e pertencimento; Imigração e memória histórica; e A questão Palestina e Israel em perspectiva histórica. Os dados qualitativos foram coletados por meio de formulários de avaliação aplicados ao final de cada evento, que permitiram analisar percepções sobre a relevância das temáticas, a aplicabilidade dos conteúdos e o impacto das discussões nas práticas pedagógicas dos participantes.

Resultados e discussão

Os resultados evidenciaram ampla adesão e engajamento do público, com cerca de 400 participantes entre educadores, estudantes universitários e munícipes. As devolutivas indicaram que as ações formativas contribuíram significativamente para a reflexão crítica sobre a prática docente e o fortalecimento de uma cultura institucional pautada pela equidade e pelos direitos humanos.

As avaliações revelaram que os temas propostos dialogam diretamente com as demandas territoriais e com as orientações do Currículo da Cidade, promovendo o letramento racial e a valorização das diversidades.

O caráter interdisciplinar e transversal das atividades foi destacado pelos participantes, que relataram mudanças de postura em relação à abordagem de temas sensíveis no ambiente escolar. À luz das diretrizes do PMEDH, o projeto reforçou princípios como dignidade humana, igualdade de direitos,

reconhecimento das diferenças e democracia na educação, demonstrando que a Educação em Direitos Humanos deve ser compreendida como processo permanente e global (BENEVIDES, 2003). Além disso, o uso de plataformas digitais, como o perfil de podcast no Spotify¹, ampliou o alcance e a sustentabilidade das ações.

O projeto obteve reconhecimento público ao ser contemplado no 11º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, promovido pela *Secretaria Municipal de Educação* (SME) em parceria com a *Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania* (SMDHC). Essa premiação tem como objetivo identificar, reconhecer, divulgar e incentivar projetos que promovem a cultura dos direitos humanos na rede municipal de ensino de São Paulo.

Com o prêmio recebido, o projeto desdobrou-se, em 2025, em novas ações formativas. Entre elas, destaca-se a realização do **evento presencial** “*Encontro de Educação em Direitos Humanos: Em memória dos mortos e desaparecidos da Ditadura Militar*” no Brasil, realizado no CEU Pêra Marmelo, em 22 de agosto de 2025. O encontro reuniu educadores, estudantes e comunidade em torno de reflexões sobre memória, verdade e justiça, reafirmando o papel da educação na preservação da memória histórica e na defesa dos direitos humanos.

O projeto também deu origem à exposição fotográfica itinerante “Sem memória, não há futuro”, do historiador Eder Martins, baseada em seu fotolivro “Nos silêncios do passado presente resistem os gritos desaparecidos”, que percorreu os quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDH), promovendo o diálogo sobre o direito à memória e à verdade como dimensões fundamentais da democracia.

Essas ações consolidam os resultados do projeto, demonstrando sua continuidade, relevância pedagógica e impacto sociocultural, ao fortalecer a formação cidadã, a valorização da memória coletiva e o compromisso com os princípios democráticos e os direitos humanos no território.

¹ Canal do Spotify intitulado UniCEU/EDH Direitos Humanos, Educação e Cidadania, disponível em: <https://open.spotify.com/show/5fuPEvRMYKTXvVZPsweqDR?si=e30e1f2dc94b4285>

Considerações Finais

O projeto Atividades Formativas para Educação em Direitos Humanos consolida-se como prática formativa inovadora e colaborativa, fortalecendo os Centros de Educação em Direitos Humanos como espaços permanentes de diálogo e transformação social.

A experiência demonstra que o trabalho articulado entre polos UAB potencializa a formação cidadã, a valorização das diversidades e a construção de uma educação integral, democrática e inclusiva. O caráter contínuo das ações e a recepção positiva dos participantes indicam potencial para a ampliação do projeto e a incorporação de novas temáticas que respondam às demandas emergentes dos territórios educacionais.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: o desafio da transversalidade*. Brasília: MEC/SEB, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. *Currículo da Cidade: Ensino Fundamental*. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (SP). Decreto nº 57.503, de 6 de dezembro de 2016. *Institui o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos – PMEDH*.